



MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL - SG  
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - CENSIPAM  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS  
SPO, Área 5, Quadra 3, Bloco K - Brasília/DF, CEP: 70610-200  
Telefone: (61)3214-0268

PROJETO BÁSICO Nº 98/ 2022 - CODEGEP

**1. OBJETO**

1.1 Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de capacitação para aquisição de **04 (quatro)** vagas na modalidade presencial no **"XXII Congresso Brasileiro de Meteorologia"**, a ser realizado no período de **29 de novembro a 02 de dezembro de 2022**, na cidade de **Bauru-SP**, visando atender a necessidade dos servidores da área Operacional deste Centro Gestor.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR
01	Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de capacitação para aquisição de <b>04 (quatro)</b> vagas na modalidade presencial no <b>"XXII Congresso Brasileiro de Meteorologia"</b> , a ser realizado no período de <b>29 de novembro a 02 de dezembro de 2022</b> , na cidade de <b>Bauru-SP</b> , visando atender a necessidade dos servidores da área Operacional deste Centro Gestor.	17663	01	04	R\$ 250,00
	<b>VALOR TOTAL</b>	<b>R\$ 1.000,00</b>			

**2. OBJETIVO**

2.1. A capacitação dos servidores está regulamentada no Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal.

2.2. Cabe à Coordenação de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas - CODEGEP estabelecer as ações pertinentes à Capacitação dos Servidores e Militares do CENSIPAM, por meio do Plano de Desenvolvimento de Pessoas, visando a atualização e a melhoria da eficiência do serviço público e o enriquecimento intelectual desses servidores no desempenho de suas atividades.

2.3. A contratação do "XXII Congresso Brasileiro de Meteorologia", visa atender a necessidade da Coordenação-Geral de Monitoramento Ambiental - CGMAB.

2.4. Sobre o assunto, informo que o Congresso ora demandado não é ofertado pela Escola Nacional de Administração Pública - (ENAP), no momento, (5674758), por se tratar de uma temática exclusiva.

2.5. Por intermédio do Despacho nº 34/COPER-MN/CR-MN/DIGER/CENSIPAM/SG-MD (5673360), a Coordenação-Geral de Monitoramento Ambiental - CGMAB ratificou a necessidade da referida capacitação englobando servidores da área Operacional.

**3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

RESUMO DA PROGRAMAÇÃO - Presencial	
<b>29/11/2021 - Terça - feira</b>	
08h00 às 10h00	<b>Minicurso 1:</b> A Imprensa e a Meteorologia
09h00 às 18h00	Credenciamento (durante o evento)
10h00 às 12h00	<b>Minicurso 2:</b> Curso básico da Linguagem R
12h00 às 14h00	Intervalo para almoço
14h00 às 16h00	1º Encontro Nacional de Estudantes de Meteorologia, promovido pela Sociedade Brasileira de Meteorologia
16h00 às 17h55	<b>Minicurso 3:</b> Radar Meteorológico: TITAN
18h00 às 21h00	Cerimonial de Abertura
<b>30/11/2021 - Quarta - feira</b>	
08h00 às 09h30	<b>Mesa redonda:</b> Eventos climáticos extremos na América do Sul
09h30 às 10h20	Palestra
10h00 às 12h00	<b>Sessão temática:</b> Sensoriamento remoto
12h00 às 13h00	Intervalo para almoço
13h00 às 14h00	Apresentações Paineis e Orais
14h00 às 16h00	Workshop de Monitoramento Ambiental
16h00 às 17h30	<b>Sessão temática:</b> Clima presente e futuro e a geração de energia
17h30 às 18h00	Palestra
18h00 às 20h00	<b>Minicurso 4:</b> Sistema de Nowcasting: TITAN
18h00 às 20h00	<b>Minicurso 5:</b> Python aplicado a meteorologia
<b>01/12/2021 - Quinta - feira</b>	
08h00 às 10h00	<b>Sessão temática:</b> Meteorologia Aplicada
10h00 às 11h00	Visita ao IPMet e lançamento de Sondagem
11h00 às 12h00	Apresentações Orais e Paineis
12h00 às 13h00	Intervalo para almoço
13h30 às 15h30	<b>Sessão temática:</b> Interação clima, ambiente e sociedade
15h30 às 16h20	Apresentações Orais e Paineis
16:20h às 18h00	<b>Mesa redonda:</b> O ensino da Meteorologia e as demandas do mercado de trabalho
18h00 às 20h00	<b>Minicurso 5:</b> Python aplicado a meteorologia

<b>02/12/2021 - Sexta - feira</b>	
08h00 às 10h00	<b>Sessão Temática:</b> Vigilância meteorológica
08h30 às 10h30	Assembleia da SBMET
10h00 às 11h00	Palestra
11h00 às 12h00	Premiação dos melhores trabalhos e Encerramento do evento
<b>PROGRAMAÇÃO COMPLETA</b>	
<b>Evento de Capacitação</b>	"XXII Congresso Brasileiro de Meteorologia"
<b>Período</b>	29 de novembro a 02 de dezembro de 2022
<b>Horários</b>	modalidade presencial 8h / 20h
<b>Objetivo</b>	O Congresso Brasileiro de Meteorologia (CBMET) é o principal evento promovido pela SBMET, sendo realizado bianualmente com a finalidade de apresentar e promover a discussão sobre as inovações tecnológicas na Meteorologia, reunindo pesquisadores de diferentes instituições, nacionais e internacionais.
<b>Público Alvo</b>	O público alvo inclui profissionais de Meteorologia, Hidrologia, Geografia, Oceanografia, Estatística, Agronomia, Aviação, Engenharias, entre outros que possuam afinidade com a Meteorologia e Climatologia; Servidores da Defesa Civil dos estados e municípios; Servidores das Secretárias de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Ciência e Tecnologia, entre outras; Membros de Sociedades Cívis e outros.
<b>Conteúdo</b>	Atividades Previstas: Minicursos, Palestras, Mesas-redondas, Conferências, Exposições Técnicas e Científicas. Áreas Temáticas: A Imprensa e a Meteorologia, Curso básico da Linguagem R, Radar Meteorológico: TITAN, Sistema de Nowcasting: TITAN, Python aplicado a meteorologia e Python aplicado a meteorologia. 1º Encontro Nacional de Estudantes de Meteorologia, promovido pela Sociedade Brasileira de Meteorologia; Eventos climáticos extremos na América do Sul; Sensoriamento remoto; Clima presente e futuro e a geração de energia; Meteorologia Aplicada; Visita ao IPMet e lançamento de Sondagem; Interação clima, ambiente e sociedade; O ensino da Meteorologia e as demandas do mercado de trabalho; Vigilância meteorológica; Assembleia da SBMET; e Palestra.
<b>Instrucional</b>	O XXII CBMET 2022 será realizado na UNESP, Bauru - SP.
<b>Ambiente</b>	O local para realização do XXII Congresso Brasileiro de Meteorologia (CBMET) será no auditório da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, Bauru-SP.
<b>Metodologia</b>	O CBMET 2022 trará uma programação diversificada, contando com Palestras, Minicursos e Mesas redondas. Além disso, os participantes terão a oportunidade de expor os resultados de suas pesquisas, por meio da apresentação de trabalhos, em formato de pôster ou apresentação oral.

3.1. A vigência do Termo Substitutivo de Contrato será até 31 de dezembro de 2022 e inicia-se com a sua assinatura, sendo esse improrrogável, na forma da Lei nº8.666, de 21 de junho de 1993.

#### 4. PÚBLICO ALVO

4.1. O Congresso destina-se aos servidores relacionados abaixo:

Nº	NOME	CARGO	CPF	ÁREA	LOTAÇÃO
1	Deydila Michele Bonfim Dos Santos	Analista C&T	***.025.574-**	Operacional	COPER MN
2	Luiz Alves dos Santos Neto	Analista C&T	***.739-352-**	Operacional	COPER PV
3	Nilzele de Vilhena Gomes Jesus	Analista C&T	***.626.462-**	Operacional	COPER BE
4	Gustavo Guterres Ribeiro	Coordenador	***.504.960-**	Operacional	COPER MN

#### 5. CRITÉRIO DE CONTROLES E REGISTROS A SEREM ADOTADOS

5.1. Caberá ao Núcleo de Contratos (NUCONT) encaminhar a Nota de Empenho à empresa contratada, quando essa for emitida.

5.2. A Contratada irá disponibilizar a emissão dos certificados digitais dos participantes após o termino do Congresso;

#### 6. VERIFICAÇÃO DOS RESULTADOS

6.1. Os resultados serão averiguados mediante:

6.1.1. Análise da ficha de avaliação a ser preenchida pelos participantes; e

6.1.2. Atuação dos participantes em seu respectivo ambiente de trabalho.

#### 7. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA

7.1. O Congresso será realizado pela entidade SOCIEDADE BRASILEIRA DE METEOROLOGIA -SBMET, responsável também pelo recebimento das inscrições, CNPJ nº 30.017.446/0001-90, com valor individual do curso para cada participante na modalidade presencial será de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), totalizando R\$ 1.000,00 (um mil reais), conforme documento anexo (5674708).

7.1.1. Além de desenvolver a estratégia da organização e zelar pelo seu sucesso empresarial, compromete-se com a ética, transparência, independência e excelência técnica dos serviços prestados;

7.1.2. Ainda, por se verificar que o conteúdo programático disponibilizado na ementa do Congresso possui grande conformidade com as demandas do trabalho executado pelos servidores que solicitaram a respectiva capacitação;

7.2. A Sociedade Brasileira de Meteorologia foi criada em 1958 para unir os meteorologistas, regulamentar a profissão e incentivar o desenvolvimento da Meteorologia e do pessoal especializado nacional. A SBMET é uma associação de caráter técnico-científico dos profissionais meteorologistas, com duração ilimitada, sem fins lucrativos e foro na cidade do Rio de Janeiro.

7.3. São objetivos principais da SBMET:

7.3.1. Promover, incentivar e divulgar o estudo e a pesquisa da Meteorologia em todos os seus aspectos;

7.3.2. Promover e resguardar os direitos profissionais dos meteorologistas;

7.3.3. Congregar todas as pessoas que se dedicam à Meteorologia ou que por ela se interessam; e

7.3.4. Conduzir e incrementar relações e troca de informações técnico-científicas e profissionais com outras entidades congêneres, nacionais ou de outros países.

7.4. A SBMET, através da atuação dos profissionais de Meteorologia, prestam um serviço essencial à Sociedade Brasileira, uma vez que a maiorias das atividades humanas dependem de um monitoramento meteorológico contínuo e eficiente, pois estes influenciam profundamente a gestão de recursos hídricos, a agricultura e pecuária, a geração de energia elétrica, a navegação aérea e marítima e diversas outras atividades.

7.5. O congresso é o principal evento promovido pela Sociedade Brasileira de Meteorologia (SBMET), e no ano de 2022 será realizada a vigésima segunda edição do evento, realizado em Bauru-SP. Este evento congrega alunos e professores de diversas universidades nacionais e internacionais, pesquisadores que atuam em centros de pesquisas operacionais de meteorologia, profissionais dos núcleos estaduais e de empresas públicas e privadas que geram e são usuários de informações meteorológicas. Além disso, diversos seguimentos da sociedade se utilizam das informações geradas pelas previsões climatológicas e de tempo, bem como, de produtos específicos necessários aos tomadores de decisões, a exemplo dos órgãos públicos nos diversos estados da federação, bem como, agricultura, setor de energia, proteção e defesa civil.

7.6. Em razão do alto gabarito dos palestrantes que irão ministrar o Curso (<https://cbmet.com.br/comissoes> e <https://www.escavador.com>):

7.6.1. **Dr. Bergson Cavalcanti de Moraes** - Doutor em Ciências Agrárias pela Universidade Federal Rural da Amazônia, mestre Meteorologia Agrícola pela Universidade Federal de Viçosa e graduado em Meteorologia pela Universidade Federal do Pará. Foi diretor técnico da Fundação de Meio Ambiente do Estado de Roraima e coordenador operacional do Sistema de Proteção da Amazônia-SIPAM. Atuou como pesquisador adjunto da mineradora Vale S.A, professor do mestrado profissional no Instituto Tecnológico Vale, onde desenvolveu e coordenou o Sistema Integrado de Monitoramento e Previsões Meteorológicas e Hidrológicas para a Estrada de Ferro, Porto e Mina de Ferro da Vale. Atualmente é professor do Instituto de Geociências da UFPA, professor Programa de Pós-Graduação em Gestão de Risco e Desastre na Amazônia (PPGGRD) da UFPA.

7.6.2. **Dr. Demerval Soares Moreira** - Professor e pesquisador do Departamento de Física da Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Bauru. Possui graduação e mestrado em meteorologia pela Universidade de São Paulo (USP) atuando na área de radiação atmosférica e doutorado em meteorologia pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) na área de modelagem numérica. Suas pesquisas são focadas em: Modelagem Atmosférica, Processos em Superfície, Ciclo do Carbono, Aerossóis de Queimadas, Radar Meteorológico e Radiação Atmosférica.

7.6.3. **Dr. Emerson Mariano da Silva** - Professor Associado do Curso de Física da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Possui graduação e Mestrado em Meteorologia pela Universidade Federal da Paraíba ? UFPB (1999 e 2001) e Doutorado em Engenharia Civil (Área de concentração: Recursos Hídricos - Linha de Pesquisa: Climatologia do Nordeste) pela Universidade Federal do Ceará ? UFC (2007). Coordenador do Curso de Mestrado Acadêmico em Ciências Físicas Aplicadas da UECE (2010 - 2016). Diretor Científico da Sociedade Brasileira de Meteorologia (SBMET ? 2014/2016). Membro do Conselho Científico do Centro de Investigações Climáticas e Aplicações dos Países da CPLP e África ? CIICLAA. Membro do Fórum Cearense de Mudanças Climáticas e Biodiversidade (Portaria 303/2016 UECE). Membro do Conselho Municipal de Proteção de Defesa Civil ? Prefeitura Municipal de Fortaleza (Portaria 313/2016 UECE). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq ? Nível 2 (03/2015 a 02/2018). Presidente do Conselho Deliberativo da Sociedade Brasileira de Meteorologia (SBMET ? 2016 - 2017). Membro do Conselho Deliberativo da SBMET (2016 - 2019). Pró-Reitor de Políticas Estudantis da UECE (2016-2020). Atualmente é Coordenador do Mestrado Profissional em Climatologia e Aplicações nos Países da CPLP e África (Portaria 2985/20015 UECE), Editor Associado da Revista Brasileira de Meteorologia ? RBMET (2014 ? Atual) e Coordenador do Projeto Cientista Chefe da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Ceará (SECITECE).

7.6.4. **Dr. Fabrício Daniel dos Santos Silva** - Bacharel em Meteorologia pela Universidade Federal de Campina Grande (2003), Mestre em Meteorologia pelo Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da Universidade de São Paulo (2006) e Doutor em Meteorologia pela Universidade Federal de Campina Grande (2014). Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em Meteorologia, atuando principalmente nos seguintes temas: Climatologia, Previsões Climáticas Sazonais e Agrometeorologia. Integra o Grupo de Dinâmica da Atmosfera e Clima (ICAT/UFAL), com foco na pesquisa sobre a técnica de downscaling estatístico de cenários climáticos futuros visando aplicações específicas, previsões sazonais e intra-sazonais utilizando modelagem estatística/estocástica e estimativa de produtividade de culturas por meio de modelagem agrometeorológica.

7.6.5. **Dr. Gilberto Barbosa Diniz**- Possui Graduação em Meteorologia pela Universidade Federal da Paraíba (1980), Mestrado em Meteorologia pela Universidade Federal da Paraíba (1994) e Doutorado em Fitotecnia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2002). Atualmente é Professor Titular da Faculdade de Meteorologia da Universidade Federal de Pelotas. Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em Meteorologia Física e Climatologia Estatística, atuando principalmente nos seguintes temas: climatologia, variabilidade climática, temperatura mínima, precipitação e El Niño/ La Niña.

7.6.6. **Giordani Rafael Conceição Sodré** - Bacharel em Meteorologia pela Universidade Federal do Pará (2010), mestre (2013) e Doutor (2019) em Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Pará.Tenho experiência na área de Geociências, atuando principalmente nos seguintes temas: meteorologia, sensoriamento remoto, sistema de informação geográfica (SIG), análise ambiental, voltado pricipalmente para pesquisa sobre descargas atmosféricas na área da meteorologia. Nas Ciencias Ambientais realizo pesquisas interdisciplinares com foco no desenvolvimento de uma metodologia de baixo custo para o controle e redução das queimadas e incêndios florestais dentro do contexto amazônico. Atualmente sou servidor público, ocupando o cargo de meteorologista no Instituto de geociências da Universidade Federal do Pará.

7.6.7. **Dr. Heliofábio Barros Gomes** - Bacharel em Meteorologia formado pela Universidade Federal do Pará (UFPA/2008), Mestre em Ciências Florestais pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA/2013) em Manejo de Ecossistemas Florestais e Bacias Hidrográficas e Doutor em Agronomia formado pela UFRA/2018 em Manejo e Conservação de Recursos Naturais. Atuo nas áreas de Geociências e Ciências Ambientais, com ênfase na Micrometeorologia, Hidrometeorologia (Modelagem Hidrológica e no Manejo de Ecossistemas e Bacias Hidrográficas), Agrometeorologia (Modelagem Agrícola), Biometeorologia, Climatologia e Energias Renováveis. Atualmente sou Professor Substituto da UFRA, lotado no Instituto Socioambiental e dos Recursos Hídricos (ISARH) e Pesquisador Colaborador do Programa Large Scale Biosphere-Atmosphere Experiment in Amazônia (LBA/Sítios de pesquisas Caxiuanã e Cuiarana), no grupo de pesquisa Interação Solo-Planta-Atmosfera na Amazônia (ISPAAm/UFRA) e no projeto ESECAFLOR (Estudo de seca da Floresta). Tenho experiência em programação e na manutenção de estações automáticas e convencionais, na modelagem Hidrológica e Agrícola e nas diversas variáveis meteorológicas como: o saldo de Radiação, o fluxo de Carbono, a Insolação, a Precipitação, a Temperatura e Umidade Relativa do Ar em floresta primária e/ou outros ecossistemas.

7.6.8. **Dr. Hildo Giuseppe Garcia Caldas Nunes** - Graduada em Física (1972) e em Arquitetura e Urbanismo (1973) pela UFPR, com mestrado em Ciências Geodésicas pela UFPR (1982) e doutorado em Meteorologia pela USP (1992). Atualmente, é Professora Titular da Universidade Federal do Paraná, Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, membro do membro do Painel de Monções dos Programas CLIVAR e GEWEX (CLIVAR/GEWEX Monsoons Panel), Coordenadora do Grupo de Trabalho sobre Monções das Américas, Editora Associada da Revista Brasileira de Meteorologia para a área de Clima, orientadora nos programas de pós-graduação em Engenharia de Recursos Hídricos e Ambiental (PPGERHA) e em Engenharia Ambiental (PPGEA) da UFPR. Integra também o Comitê Científico do UCCRN (Urban Climate Change Research Network, Columbia University). Fez parte do Grupo de Gestão da Comissão de Ciências Atmosféricas da Organização Meteorológica Mundial (WMO/CAS), do grupo de trabalho GTI do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas e da revisão do Relatório 5 do IPCC. Lidera o Grupo de Meteorologia da UFPR e coordena projetos internacionais. Tem experiência na área de Ciências Atmosféricas, com ênfase em Variações e Mudanças Climáticas, atuando principalmente nos seguintes temas: variações climáticas intrassazonais, interanuais e interdecadais, seus mecanismos e impactos, teleconexões, interações trópicos-extratrópicos, previsibilidade e previsão climática.

7.6.9. **Dr. João Batista Miranda Ribeiro** - Possui graduação em Meteorologia pela Universidade Federal do Pará (1990), mestrado em Agronomia (Meteorologia Agrícola) pela Universidade Federal de Viçosa (1993) e doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental pela Universidade de São Paulo (2001). Vice-Diretor do Centro de Geociências da UFPA no período de 2006 a 2010. Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Meteorologia (SBMET) de 2008 a 2010. Diretor-Geral do Instituto de Geociências da UFPA no período de 2010 a 2014 e de 2014 a 2018. Presidente do Fórum de Dirigentes da UFPA, de 2010 a 2017. Presidente e Coordenador-Geral dos congressos: XVI Congresso Brasileiro de Meteorologia em 2010, XVIII Congresso Brasileiro de Agrometeorologia em 2013 e III Congresso Brasileiro de Redução de Riscos e Desastres em 2019. Assessor Especial da Pró-Reitoria de Extensão da UFPA até janeiro de 2020. Atualmente é Professor Titular - Classe E da Universidade Federal do Pará, Instituto de Geociências, Faculdade de Meteorologia, onde desenvolve suas atividades acadêmicas. Tem experiência na área de Meteorologia Física, Micrometeorologia e Meteorologia Ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: termodinâmica, física de nuvens, radiação na atmosfera, microclima, micrometeorologia e hidrometeorologia.

7.6.10. **Dr. José Carlos Figueiredo** - possui graduação em Meteorologia pela Universidade Federal da Paraíba (1981), mestrado em Agronomia (Agricultura) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2000) e doutorado em Agronomia (Agricultura) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2005). Atualmente é Meteorologista da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em Meteorologia Sinótica, atuando principalmente nos seguintes temas: Climatologia com radar meteorológico, Modelo de Área Limitada - MAL, Prognóstico de temperatura utilizando o stepwise, Meteorologia Aeronáutica, Mudanças climáticas regional, envolvendo temperatura, umidade, anomalia anual de chuva, jatos em baixos níveis, wind shear, velocidade do vento e chuva. Desenvolve projetos de extensão envolvendo a ciência Meteorológicas com os estudantes do Ensino Fundamental e Médio das redes municipais e estaduais. Atualmente é presidente da Sociedade Brasileira de Meteorologia - SBMET.

7.6.11. **Dr. José Maria Brabo Alves** - Graduado em Meteorologia pela Universidade Federal do Pará, Mestrado e Doutorado em Engenharia Civil (Recursos Hídricos) pela Universidade Federal do Ceará. Pós-Doutorado em Ciências Atmosféricas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atualmente exerce a função de Professor Adjunto da Universidade Estadual do Ceará (UECE) - Centro de Tecnologia - Departamento de Física. Exerceu a gerência da Divisão de Tempo e Clima da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos. Tem experiência como Pesquisador na área de Geociências, com ênfase em Meteorologia Dinâmica, Climatologia e estudos aplicados tais como: os impactos da variabilidade climática na agricultura e recursos hídricos do Nordeste do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: variabilidade sazonal e intrassazonal, previsibilidade e prognóstico sazonal, sistemas atmosféricos atuantes no Nordeste do Brasil. Tem colaborado cientificamente em orientações de Graduação e Pós-Graduação dos cursos de Ciências Físicas e Aplicadas da Universidade Estadual do Ceará e de Engenharia Civil - Recursos Hídricos e Engenharia Elétrica da Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui vários prêmios em eventos científicos e correlatos. É revisor de vários periódicos Nacionais e Internacionais, é membro colaborador do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas. Atualmente é Editor Chefe da Revista Brasileira de Meteorologia.

7.6.12. **Dr. Lucas Vaz Peres** - Possui graduação em METEOROLOGIA pela Universidade Federal de Santa Maria (2010), mestrado em Meteorologia pela Universidade Federal de Santa Maria (2013) e doutorado em Meteorologia pela Universidade Federal de Santa Maria (2016) com período Sanduíche (2015) e Pós Doutorado (2021) na Université de La Réunion, França. Desde 2017 é professor adjunto da Universidade Federal do Oeste do Pará. Coordenador do Laboratório de Modelagem Atmosférica e Previsão do Tempo, membro do Comitê de Pesquisa e um dos criadores do Observatório Atmosférico da Amazônia da UFOPA, tem experiência na área de Geociências, com ênfase em Meteorologia, atuando principalmente nos seguintes temas: Influências do buraco de ozônio antártico, análise sinótica, Espectrofotômetro Brewer e radiação ultravioleta.

7.6.13. **Dra. Lucía Iracema Chipponelli Pinto** - Possui graduação em Meteorologia pela Universidade Federal de Pelotas (2004) e mestrado em Meteorologia Agrícola pela Universidade Federal de Viçosa (2007) e doutorado no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) no programa de pós-graduação em Ciências do Sistema Terrestre (2017). Atualmente trabalha no Instituto Uruguaio de Meteorologia (INUMET). Tem experiência na área de modelagem atmosférica, com ênfase no setor de energias renováveis, atuando principalmente nos seguintes temas: energia eólica, modelagem atmosférica, meteorologia e climatologia.

7.6.14. **Dra. Lucieta Guerreiro Martorano**- Graduação em Meteorologia (UFPA/1982) e Agronomia (UFRA-antiga FCAP/1987). Mestrado em Agrometeorologia (ESALQ/USP/1998) e doutorado em Fitotecnia/Agrometeorologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/2007). Foi pesquisadora da Embrapa Solos/RJ entre fevereiro de 1990 a dezembro de 2008, atuando em dois mandatos como Membro do Comitê Técnico Interno (CTI), bem como em projetos de pesquisa em âmbito nacional e internacional. Colaborou na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) de 2007 a 2008, ministrando aulas e participando em coorientações no mestrado em Geomática. Participou do Comitê de Organização do Congresso Brasileiro de Ciência do Solo em 2008. Em 2009 foi transferida para Belém para trabalhar como pesquisadora na Embrapa Amazônia Oriental, onde permaneceu até junho de 2016. A partir de julho de 2016 passou a compor a equipe de pesquisadores do NAPT Médio Amazonas da EMBRAPA, em Belém, no Pará. Em outubro de 2021 foi designada para portaria para assumir a função de supervisora do NAPT-MA. Entre os compromissos assumidos na Amazônia vale destacar a liderança de projetos, planos de ação e atividades (ROBIN/BR, PECUS/PC7; MAPCAST, AgroMet ABC, Projeto IrrigaPote, entre outros), tanto em nível nacional quanto internacional. Foi professora permanente no Curso de Mestrado em Ciências Ambientais da Universidade do Estado do Pará PPGCA-UEPA. Atualmente, integra o quadro de professora permanente do Curso de Doutorado da Rede BIONORTE e PPGSND da UFOPA. Tem colaborado como co-orientadora em programas de pós-graduação em ESALQ/USP, UFAM/Manaus e UNESP/Jaboticabal. Colabora como revisora em periódicos indexados em nível nacional e internacional. É consultora "ad hoc" em projetos de pesquisa e em bancas de concursos públicos. Tem participado em bancas de mestrado, doutorado, trabalhos de conclusão de curso e salão de iniciação científica, bem como na condição de palestrante em diferentes eventos científicos. Em edital da CAPES/CNPq e Ciências sem Fronteira aprovou bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, onde desenvolveu projetos em parceria em diferentes áreas do conhecimento científico. Orienta alunos de iniciação científica tanto de bolsistas PIBIC/CNPq/Embrapa quanto de alunos que estagiam na Embrapa para cumprir os créditos de estágio obrigatório (UFOPA. UNAMA e ULBRA). É bolsista de produtividade do CNPq. <https://orcid.org/0000-0003-3893-3781> (<http://lattes.cnpq.br/9712490260615310>).

7.6.15. **Dr. Lucio Silva de Souza** -Meteorologista formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001), Mestre (2004) e Doutor (2010) em ciências em Engenharia Civil - Engenharia Ambiental (área de concentração de Ciências Atmosféricas em Engenharia) pela Coordenação dos Programas de Pesquisa e Pós Graduação em Engenharia COPPE-UFRJ. Atualmente é Professor Adjunto na Universidade do Estado do Rio de Janeiro UERJ - FAOC, Faculdade de Oceanografia, Departamento de Oceanografia Física e Meteorologia. Foi Servidor Público Federal do Instituto Nacional de Meteorologia - INMET (2007-2015). Tem experiência na área de Geociências/Meteorologia, com ênfase em Modelagem Meteorológica, sistemas acoplados de modelos na interface oceano-atmosfera e Previsão do Tempo, diagnóstico a prognóstico climático, modelagem numérica da Dispersão de poluentes atmosféricos, da formação de oxidantes fotoquímicos, atuando principalmente nos seguintes temas: modelos acoplados, interação oceano atmosfera, contaminação atmosférica, campanhas intensivas de monitoramento meteorológico e da qualidade do ar, manutenção de estações meteorológicas de superfície, modelagem multi-escala da qualidade do ar, previsão operacional do Tempo e Avaliação Climática. Instrutor/Facilitador da Organização Mundial de Meteorologia - OMM, para atividades de Ensino à Distância. Professor pós-graduação no programa ProfÁgua (Mestrado profissional CAPES/ANA). Ensino de Meteorologia, Climatologia e Meteorologia aplicada aos sistemas na interface ar-mar e à gestão dos recursos hídricos.

7.6.16. **Dr. Luiz Felipe Gozzo** -Bacharel em Meteorologia pela Universidade de São Paulo (2007), Mestre em Ciências Atmosféricas pela Universidade de São Paulo (2010) e Doutor em Ciências Atmosféricas pela Universidade de São Paulo (2014). Atualmente é Professor Assistente Doutor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP-Bauru. Atua na área de Geociências, com ênfase em Meteorologia Dinâmica, Sinótica e Climatologia. Possui experiência nas linguagens de programação R, GrADS e Python, e conhecimentos básicos de operação de modelos numéricos da atmosfera (WRF e RegCM). Trabalhou por um ano na área operacional da meteorologia, com previsão de tempo, divulgação de ciência, participação em programas de rádio e vídeos veiculados na Internet e monitoramento de tempo severo com utilização de radares meteorológicos. Colaborador do Grupo de Estudos Climáticos (GrEC) do IAG-USP, do INCLINE (INter-disciplinary CLimate INvestigation cEnter) da USP e do Laboratório de Recursos Hídricos e Isótopos Ambientais da UNESP-Rio Claro.

7.6.17. **Dra. Maria de Souza Custodio** -Atualmente é professora assistente doutora da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP-Bauru. Possui bacharel em Meteorologia pela Universidade Federal de Pelotas (2004), mestrado (2007) em Sensoriamento Remoto pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutorado (2013) em Ciências atmosféricas pela Universidade de São Paulo (IAG/USP). Possui experiência na área de Geociências, com ênfase em Climatologia, Meteorologia Dinâmica e Sinótica. Pesquisadora colaboradora do Grupo de Estudos

Climáticos (GrEC) no IAG/USP e do INCLINE Inter-disciplinary CLimate INvestigation cEnter) Núcleo de Apoio a Pesquisa em Mudanças Climáticas da USP.

7.6.18. **Dra. Nete de Jesus da Costa Barreto** (Naurinete de Jesus da Costa Barreto) - Possui graduação em Meteorologia pela Universidade Federal do Pará (2005). Mestrado em Meteorologia e Processos da Superfície da Terra na Universidade Federal de Alagoas (2009). Doutorado em Ciências Climáticas na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2015). Pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Geofísica e Geodinâmica na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2016-2018). Pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Meteorologia no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (2018-2020). Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em: Meteorologia e Climatologia, atuando principalmente nos seguintes temas: variabilidade climática, Influência da TSM no Clima e Oscilação Decadal do Pacífico, Mudanças Climáticas, Variabilidade Intrassazonal.

7.6.19. **Dr. Ranyére Silva Nóbrega** - Prof. Dr. Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco. Participa do Programa de Pós-graduação em Geografia, Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências Ambientais. Tutor do PET Geografia UFPE, e Vice-presidente da ABCLIMA. Atua principalmente nos seguintes temas: climatologia, clima urbano, degradação ambiental, geotecnologias aplicadas ao meio ambiente, desastres naturais.

7.6.20. **Dra. Samira de Azevedo Santos Emiliavaca** - Atua como pesquisadora no Instituto SENAI de Inovação - ISI-ER. Possui graduação (2009), mestrado (2011) e doutorado (2015) em Meteorologia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), realizou intercâmbio durante o doutorado na Universidade de São Paulo (USP). Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em Meteorologia aplicada, atuando principalmente nos seguintes temas: interação biosfera atmosfera, energias renováveis, recurso solar, energia solar. Atualmente é coordenadora de projetos de pesquisa e desenvolvimento e inovação. Atua junto ao setor industrial a oito anos com conhecimento e experiência na área de medição e prospecção do recurso solar, análise e controle de qualidade de dados solarimétricos, instalação, operação e manutenção de estações solarimétricas, dimensionamento e estudos de viabilidade técnica e econômica de sistemas fotovoltaicos e consultoria na área de energia solar.

7.7. Descrição das atribuições regimentais conforme Portaria Normativa nº 12, de 14 de fevereiro de 2019, publicada no DOU nº 39, de 25 de fevereiro de 2019, que aprova os Regimentos Internos e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança de unidades integrantes da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa, a seguir:

Servidor	Cargo/função	Atribuições da Coordenação Operacional (COPER)
Deydila Michele Bonfim Dos Santos	Analista C&T	I - coordenar e executar as atividades de produção meteorológica, climática territorial, conforme orientação da CGOPE;
Gustavo Guterres Ribeiro	Coordenador	II - coordenar as atividades de gestão e divulgação dos produtos e serviços;
Luiz Alves dos Santos Neto	Analista C&T	III - executar a gestão e controle de usabilidade dos terminais de comunicações;
Nilzele de Vilhena Gomes Jesus	Analista C&T	IV - executar o tratamento, análise e interpretação de dados de sensoria ótico e radar, orbital e aéreo;
		V - executar o tratamento, análise, interpretação e distribuição de dados temáticos, ambiental e territorial;
		VI - executar o tratamento, análise e interpretação de dados ambientais e parceiros e pelo NUOBT;
		VII - executar o tratamento, análise, interpretação de dados meteorológicos;
		VIII - subsidiar a CGOPE, via COTER e SETAM, com as necessidades de desenvolvimento, participação em eventos, trabalhos de campo e gestão;
		IX - subsidiar o NUOBT com as necessidades de coleta de dados de sensores aerotransportados e satelitais;
		X - compartimentar a análise, interpretação e geração de produtos de inteligência por sensores de superfície, aerotransportados e de aplicação remota;
		XI - encaminhar para COTER e SETAM projetos básicos, termos de referência preliminares da contratação, no âmbito de sua área de competência; e
		XII - elaborar relatórios de execução de metas físicas e orçamentárias, no âmbito de sua competência, e encaminha-los a CGOPE, via COTER e SETAM.

7.8. Determina a Lei nº 8.666, de 1993, art. 25, II, que é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 do mesmo diploma legal, dentre os quais se observa o treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

7.9. Com relação à contratação direta fundamentada no art. 25, inc. II, da Lei de Licitações, leciona Marçal Justen Filho que é necessária a presença cumulativa dos três requisitos: serviço técnico profissional especializado, existência de um objeto singular e sujeito titular de notória especialização. Este entendimento está, inclusive, alinhado à Súmula nº 252 do TCU: "A inviabilidade de competição para a contratação de serviços técnicos, a que alude o inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, decorre da presença simultânea de três requisitos: serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 13 da referida lei, natureza singular do serviço e notória especialização do contratado".

7.10. Estando presentes na situação em concreto os requisitos da singularidade do objeto e a notória especialização do profissional, será regular a contratação por inexigibilidade, com fundamento no art. 25, II, ainda que existam no mercado diversos profissionais ou empresas detentores de notória especialização. Isso porque, nessa hipótese não se faz necessário que a empresa ou profissional sejam únicos no mercado, mas precisam reunir algumas particularidades, especialidades que os diferenciam dos demais prestadores de serviços. A inexigibilidade decorre não da exclusividade do prestador do serviço, mas sim da sua complexidade e da impossibilidade de comparação objetiva entre os especialistas, daí porque pode a entidade, mediante justificativa fundamentada, optar pelo profissional que melhor atenda à sua necessidade.

7.11. Sob outro viés, mas também reconhecendo a inviabilidade de competição, Antônio Carlos Cintra do Amaral aduz que:

"A Administração não pode realizar licitação para treinamento, porque os profissionais ou empresas são incomparáveis. Não há, portanto, viabilidade de competição. A adoção do tipo de licitação de 'menor preço' conduz, na maioria dos casos, à obtenção de qualidade inadequada. A de 'melhor técnica' e a de 'técnica e preço' são inviáveis, porque não se pode cogitar, no caso, de apresentação de proposta técnica. A proposta técnica seria, a rigor, o programa e a metodologia, de pouca ou nenhuma diferenciação. O êxito do treinamento depende, basicamente, dos instrutores ou docentes. Que são incomparáveis, singulares, o que torna inviável a competição."

7.12. Ademais, nessa esteira foi o posicionamento externado pelo Tribunal de Contas da União:

"Ou seja, a realidade brasileira hoje vivencia que mesmo nos cursos que já atingiram certa padronização, a atuação do instrutor ainda faz diferença, afetando os bons resultados almejados no treinamento. Esse fato está estreitamente relacionado com as deficiências observadas na elaboração de manuais padronizados de ensino no Brasil. A aplicação da lei deve ser compatível com a realidade em que está inserida, só assim o direito atinge seus fins de assegurar a justiça e a equidade social. Nesse sentido, defendo o posicionamento de que a inexigibilidade de licitação, na atual realidade brasileira, estende-se a todos os cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoa, fato que pode e deve evoluir no ritmo das mudanças que certamente ocorrerão no mercado, com o aperfeiçoamento das técnicas de elaboração de manuais padronizados de ensino. Essa evolução deve ser acompanhada tanto pelos gestores como pelos órgãos de controle, no âmbito de suas atuações. Assim, desponha, a meu ver, com clareza que a inexigibilidade de licitação para contratação de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, na atualidade, é regra geral, sendo a licitação exceção que deve ser averiguada caso a caso pelo administrador. Destarte, partilho do entendimento esboçado pelo Ministro Carlos Átila no sentido do reconhecimento de que há necessidade de assegurar ao Administrador ampla margem de discricionariedade para escolher e contratar professores ou instrutores. Discricionariedade essa que deve aliar a necessidade administrativa à qualidade perseguida, nunca a simples vontade do administrador. Pois, as contratações devem ser, mais do que nunca, bem lastreadas, pois não haverá como imputar à legislação, a culpa pelo insucesso das ações de treinamento do órgão sob sua responsabilidade."

7.13. Igualmente pertinente às definições e o contorno deste tipo de contratação posto na Decisão nº 439/1998, do Plenário do Tribunal de Contas da União, onde consignou a extrema necessidade e importância do treinamento e aperfeiçoamento de servidores para a excelência do serviço público, e definiu como serviço singular todo aquele que verse sobre treinamento diferenciado em relação ao convencional ou rotineiro do mercado. Sugeriu que seriam singulares aqueles cursos desenvolvidos ou adaptados especificamente para o atendimento das necessidades do contratante ou voltados para as peculiaridades dos prováveis treinandos.

7.14. Na esteira do entendimento fixado pela Corte de Contas, cumpre ressaltar que a Advocacia-Geral da União – AGU expediu orientações normativas, as quais são vinculantes para os órgãos jurídicos da Administração Pública. Dentre as orientações, destaca-se a de nº 18, de 1º de abril de 2009, que assim dispõe:

"Contrata-se por inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 25, inc. II, da Lei nº 8.666, de 1993, conferencistas para ministrar cursos para treinamento e aperfeiçoamento, ou a inscrição em cursos abertos, desde que caracterizada a singularidade do objeto e verificado tratar-se de notório especialista."

7.15. Vislumbra-se, portanto, o atendimento aos requisitos necessários à contratação direta por inexigibilidade com fundamento no art. 25, II, da Lei nº 8.666, de 1993:

7.15.1. Primeiramente, trata-se de serviço técnico especializado, dentre os mencionados no art. 13 da referida lei (treinamento e aperfeiçoamento de pessoal);

7.15.2. Em segundo lugar, as próprias características da capacitação, tais como carga horária, conteúdo programático específico, complexidade do assunto, material de apoio oferecido, metodologia empregada no treinamento, instrutores, data de realização e disponibilidade de tempo do pessoal da administração para a participação no dia previsto para o curso, tudo isso acaba por configurar a natureza singular do objeto;

7.15.3. Dessa forma ensina o Professor Jacoby: "É também inexigível a licitação para a matrícula de servidor em curso oferecido por instituição privada de treinamento, porque esses eventos são realizados em períodos determinados, mostrando-se inviável a competição". Neste caso, a oportunidade é ditada pela própria instituição. O curso é aberto a terceiros, no tempo certo, determinado.

7.16. Ponto também merecedor de menção é o atinente ao valor cobrado pela empresa para a realização deste evento. É necessária a comprovação de que o valor pedido pela contratada encontra-se em consonância com os valores normalmente pedidos pela mesma para serviços similares em outras instituições públicas. Nesse sentido se manifestou o Tribunal de Contas da União, no Acórdão 819, de 2005 do Plenário:

"Quando contratar a realização de cursos, palestras, apresentações, shows, espetáculos ou eventos similares, demonstre, a título de justificativa de preços, que o fornecedor cobra igual ou similar preço de outros com quem contrata para evento de mesmo porte, ou apresente as devidas justificativas, de forma a atender ao inc. III do parágrafo único do art. 26 da Lei nº 8.666, de 1993."

7.17. No caso de contratação de curso por inexigibilidade de licitação, não se exige a coleta de preços entre vários possíveis executantes, uma vez que esse critério é inviável, já que os serviços de capacitação são subjetivos, sendo que cada empresa e profissional tem o seu preço para os serviços desempenhados. A questão é saber quanto determinada empresa cobra pelos seus trabalhos, do mesmo objeto, no mercado. Essa diligência poderá ser realizada, por exemplo, através da verificação de contratos iguais ou semelhantes firmados pela empresa com outras instituições. Por conta disso, é necessário que determinado órgão interessado comprove a consulta referida, em conformidade com a jurisprudência sobre o tema. Nesse sentido, veja-se o posicionamento do TCU:

"No caso específico do treinamento de Servidores, acreditamos que o contratante deva certificar-se de que o preço seja compatível com o de outros contratos firmados no âmbito do próprio Órgão e da Administração em Geral, permitida a graduação em função da excelência do notório especialista contratado (TCU- Decisão nº 439/98)."

7.18. A razoabilidade do valor das contratações decorrentes de inexigibilidade de licitação pode ser aferida por meio da proposta apresentada com o preço a ser praticado pela futura contratada junto a outros entes públicos e/ou privados, Orientação normativa AGU nº 17, de 2009. Conforme destacado na proposta técnica da empresa para cada inscrição na modalidade presencial o valor é de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), totalizando R\$ 1.000,00 (um mil reais), demonstrando assim sua publicidade e veracidade.

7.19. Para comprovação da razoabilidade do preço praticado pela empresa, e visando verificar contratos iguais ou semelhantes firmados pela empresa com outras instituições, faz-se juntar Nota de Empenho emitida em favor da empresa a ser contratada (5674708).

7.20. Para sustentação da notoriedade da entidade, foi encaminhado Declaração de Exclusividade, demonstrando mais uma vez, sua notória especialização conforme documento anexo (5674708).

7.21. Relevante registrar que em 09 de agosto de 2018 foi publicado a Orientação Normativa nº 6/DEADI/SEORI/SG/MD que em seu capítulo IV determina a realização de pesquisa de preço no tocante a capacitação no seguinte sentido:

Art. 12. Nas demais hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação previstas nos incisos III a XXXIV do art. 24 e no art. 25, da Lei nº 8.666, de 1993, deverão ser observados os seguintes aspectos, no que toca ao preço:  
I - os respectivos processos deverão conter obrigatoriamente, dentre outros elementos, a justificativa do preço a ser contratado, de acordo com previsão expressa no inciso III do parágrafo único do art. 26 da Lei nº 8.666, de 1993;  
II - nas hipóteses de inexigibilidade de licitação, previstas no art. 25 da Lei nº 8.666, de 1993, a justificativa do preço deverá amparar-se, quando possível, na comparação entre o preço inserido na proposta atual da empresa/do profissional e o preço por esta/este praticado em contratações anteriores, seja com a Administração Pública ou com particulares, desde que envolvam o mesmo objeto ou outro similar.  
Parágrafo único. Nos casos de contratações de serviços técnicos especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, a decisão de escolha da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas da Gerência de Gestão de Pessoas deverá recair sobre a empresa que melhor atender às necessidades desta administração central, sem prejuízo da observância aos incisos I e II do *caput* deste artigo.

## 8. DADOS BANCÁRIOS

A empresa encaminhou os dados bancários para a realização do pagamento:

Banco do Brasil S.A (001)

Agência - 8101-9

Conta corrente - 3524-6

## 9. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

<b>Razão Social</b>	SOCIEDADE BRASILEIRA DE METEOROLOGIA -SBMET
<b>CNPJ</b>	CNPJ: 30.017.446/0001-90
<b>Endereço</b>	Rua México, 41 Sala 1304 CENTRO RIO DE JANEIRO - RJ CEP: 20031-144

**10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 10.1. Responsabiliza-se pelos equipamentos necessários para realização do Congresso;
- 10.2. Assumir inteira responsabilidade pela execução do serviço contratado, não podendo transferi-lo a outrem, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da Contratante;
- 10.3. Zelar pela perfeita execução do serviço, objeto do Projeto Básico;
- 10.4. Manter durante a execução do serviço, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

**11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 11.1. Responsabiliza-se pelas inscrições dos participantes;
- 11.2. Exercer a fiscalização do serviço;
- 11.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- 11.4. Encaminhar a nota de empenho a Contratada, quando essa for emitida; e
- 11.5. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

**12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 12.1. Ademais conforme e-mail (5673362) a Coordenação de Orçamento e Finanças informa que existe disponibilidade orçamentária conforme a seguir:
  - a. Programa 6011 – Cooperação para o Desenvolvimento Nacional
  - b. Ação Orçamentária: 20X4 – Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia
  - c. Fonte: 100
  - d. Plano Orçamentário (PO): 0005 - Capacitação de Recursos Humanos
  - e. Programa de Trabalho Resumido (PTRES): 168633
  - f. Natureza da Despesa: 33903948 - Serviços de Seleção e Treinamento
  - g. Código do PTA/2022: 049/22 Capacitação

**13. PAGAMENTO**

- 13.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, uma vez que os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Projeto Básico;
- 13.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 13.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
  - 13.5.1. o prazo de validade;
  - 13.5.2. a data da emissão;
  - 13.5.3. os dados do Termo Substitutivo de Contrato e do órgão contratante;
  - 13.5.4. o período de prestação dos serviços;
  - 13.5.5. o valor a pagar; e
  - 13.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 13.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 13.7. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
  - 13.7.1. não produziu os resultados acordados;
  - 13.7.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida.
- 13.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;
- 13.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 13.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 13.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

**14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a CONTRATADA que:
  - 14.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
  - 14.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 14.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
  - 14.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
  - 14.1.5. cometer fraude fiscal.
- 14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Termo Substitutivo de Contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- 14.2.1. **advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 14.2.2. **multa de:** 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior 15 (quinze) dias, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 14.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 14.2.4. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 14.2.5. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 14.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;
- 14.2.7. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar no âmbito do CENSIPAM e com todas as unidades abarcadas pelo MINISTÉRIO DA DEFESA (MD), por até 2 (dois) anos;
- 14.2.8. sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 14.2.9. a sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1 deste Projeto Básico; e
- 14.2.10. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
- 14.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 14.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 14.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e
- 14.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 14.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.
- 14.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 14.6. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 14.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 14.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 14.8.1. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 14.8.2. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 14.8.3. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 14.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
15. **ELEMENTOS CONSTITUTIVOS**
- 15.1. Encontra-se anexos ao Processo, os seguintes documentos:
- 15.1.1. Proposta SBMET (5674708)
- 15.1.2. Declaração de Exclusividade (5674708)
- 15.1.3. Despacho com indicação de servidores (5673360)
- 15.1.4. Declaração de que não emprega menores (5674708)
- 15.1.5. Termos de Compromisso Individual (5681956, 5682182, 5682216 e 5682244)
- 15.1.6. Atas, Estatuto Social e CNPJ (5674708)
- 15.1.7. Nota de empenho encaminhada pela empresa (5674708)
- 15.2. Diante do exposto, sugiro que a presente contratação seja amparada pelo inciso II, do artigo 25, combinado com o inciso VI, do artigo 13 da Lei nº 8.666, de 1993, a saber:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição em especial:

[...]

II. Para contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicação e divulgação;

[...]

Art. 13. Para fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

[...]

VI. Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

- 15.3. Quanto à necessidade de se cumprir o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da CF, a entidade A SOCIEDADE BRASILEIRA DE METEOROLOGIA -SBMET encaminhou declaração onde atesta não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregar menor de dezesseis anos, de acordo com o disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, regulamentada pelo Decreto 4.358, de 2002. (5674708).

15.4. Em virtude dos princípios da economicidade e eficiência, a contratação direta com valor inferior ao limite previsto nos incisos I e II da Lei nº 8.666, de 1993 não exige a publicação do ato de dispensa ou inexigibilidade, segundo a Orientação Normativa AGU nº 34, de 13 de dezembro de 2011. E, não menos importante, não será obrigatória a manifestação jurídica nas contratações fundadas no art. 25 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que seus valores subsumam-se aos limites previstos nos incisos I e II da Lei de Licitações, de acordo com a Orientação Normativa AGU nº 46, de 26 de fevereiro de 2014.

Elaborado por:

FABIANA NETTO GUERRA CAIXETA  
Assessora  
Integrante Técnico (5675226)

THIAGO DA SILVA CARNEIRO  
Assessor  
Integrante Administrativo (5675226)

Ciente e de acordo. Submeto o assunto à consideração do Senhor Diretor de Administração e Finanças, solicitando autorização para proceder à contratação pretendida.

IVO BARBOSA LEITE  
Coordenador de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas  
Integrante Requisitante (5675226)

Declaro haver previsão de recursos orçamentários que asseguram o pagamento das obrigações, em conformidade com o art. 7º, §2º, incisos II e III, da Lei nº 8.666, de 1993.

EDUARDO SHIGERU MITANI  
Coordenador-Geral de Aquisições e Finanças  
Ordenador de Despesas

Aprovo o presente Projeto Básico, de acordo com o artigo 7º, §2º, inciso I, da Lei nº 8.666, de 1993. Encaminhe-se à Coordenação de Licitações e Contratos para providências decorrentes.

SÉRGIO NATHAN MARINHO GOLDSTEIN  
Diretor de Administração e Finanças



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Netto Guerra Caixeta, Servidor(a) Público(a)**, em 17/10/2022, às 10:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Ivo Barbosa Leite, Coordenador(a)**, em 17/10/2022, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago da Silva Carneiro, Servidor(a) Público(a)**, em 17/10/2022, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Shigeru Mitani, Ordenador de Despesas**, em 22/11/2022, às 18:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Nathan Marinho Goldstein, Diretor(a)**, em 23/11/2022, às 06:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), o código verificador **5732326** e o código CRC **5F8A1362**.